



ATA DO CONSELHO FISCAL E DE ADMINISTRAÇÃO – C.F.A

Aos vinte e três dias do mês de julho de 2025, às 10:30 horas, conforme convocação aos membros do CONSELHO FISCAL E DE ADMINISTRAÇÃO – C.F.A por meio do Grupo de WhatsApp do C.F.A, a convite do Sr. Genicleudo, para participar da reunião trimestral que teve como pauta, o cenário econômico atual e o acompanhamento dos investimentos no 2º trimestre de 2025. Participou o Presidente do IPREV e Comitê de Investimentos - Sr. Genicleudo Góes Maia, a Diretora Financeira - Francisca Orleni Silva, o Membro do Comitê de Investimentos e vice-presidente do C.F.A Sra. Laridsa Falcão Rabelo, bem como o Presidente do C.F.A Sr. Leandro Fernandes Girão, demais membros: Sra. Lindaura Ferreira Maia e a Sra. Taiza Cristiele da Costa Gomes. O Sr. Genicleudo iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e na sequência, abordou o cenário econômico atual com base no panorama de julho elaborado pela LEMA, destacando os seguintes pontos: Em junho de 2025, a economia brasileira apresentou sinais de desaceleração, mesmo com o mercado de trabalho ainda resiliente. A taxa de desemprego recuou para 6,2%, em mínima histórica, enquanto a renda média real subiu 3,1%. Por outro lado, indicadores de atividade, como o PMI, permaneceram abaixo de 50 pontos, refletindo retração tanto na indústria quanto nos serviços. A inflação acumulada em 12 meses, medida pelo IPCA-15, ficou em 5,27%, acima do teto da meta, o que levou o Copom a elevar a taxa Selic para 15% ao ano, o maior patamar desde 2006, reforçando o caráter restritivo da política monetária. No cenário internacional, os Estados Unidos enfrentaram queda do PIB no primeiro trimestre (-0,5%), mas sustentaram o consumo com apoio do mercado de trabalho, cuja taxa de desemprego caiu para 4,1%. A inflação medida pelo PCE ficou em 2,3% ao ano, ainda acima da meta do Federal Reserve, que manteve os juros entre 4,25% e 4,50%. Na Europa, a inflação voltou a 2,0%, nível da meta do BCE, que reduziu a taxa básica para 2% ao ano, enquanto a taxa de desemprego subiu a 6,3%. Já a China registrou melhora na indústria, mas desaceleração nos serviços, além de inflação muito baixa (0,1% anual), em meio à prorrogação da trégua tarifária com os EUA. Nos investimentos, a renda fixa de maior duration se destacou com altas do IRF-M 1+ (2,09%) e IMA-B 5+ (1,86%), enquanto ativos conservadores, como o CDI, também mantiveram bons retornos. Na renda variável, o

80



ATA DO CONSELHO FISCAL E DE ADMINISTRAÇÃO – C.F.A

S&P 500 avançou 4,96% e o Ibovespa subiu 1,33%. Diante do ambiente de juros elevados e incertezas globais, o relatório recomenda postura conservadora para os RPPS, priorizando alocações atreladas ao CDI, títulos públicos e estratégias de menor volatilidade, reforçando a importância da cautela na condução dos investimentos. Em seguida, foi apreciado o relatório analítico dos investimentos do 2º trimestre de 2025, revelando que, em 30 de junho de 2025, o IPREV possuía um patrimônio financeiro de R\$ 25.132.955,34, distribuído da seguinte forma: 93,25% em fundos de renda fixa, 4,24% em fundos estruturados e 2,52% em renda variável. Os enquadramentos estavam distribuídos em: 63,88% no artigo 7º, inciso I, alínea “b”; 21,85% no artigo 7º, inciso III, alínea “a”; 7,52% no artigo 7º, inciso IV; 4,24% no artigo 10º, inciso I; e 2,52% no artigo 8º, inciso I. As aplicações estavam distribuídas entre Banco Bradesco (63,99%), BB Gestão de Recursos DTVM (21,89%), Ativos Financeiros – Títulos Privados (7,52%) e Caixa Distribuidora (6,61%). Do total, 88,39% tinham liquidez de 0 a 30 dias, 7,52% acima de dois anos e 4,09% com liquidez de 181 à 365 dias. Os retornos mensais foram positivos: R\$ 259.754,94 em abril, R\$ 259.139,74 em maio e R\$ 228.493,45 em junho, totalizando um retorno trimestral de R\$ 747.388,13 e no retorno acumulado no 1º Semestre acumulou o total de R\$ 1.231.882,19. No entanto, o desempenho ficou abaixo da meta atuarial, atingindo 5,35% ante a meta acumulada de 5,67%. O sr. Genicleudo citou que atendendo aos requisitos previstos no art. 8º-B da Lei nº 9.717/98, conforme parâmetros estabelecidos na Portaria MTP nº 1.467/2022 e exigidos até dez/2025, que exige que a maioria dos membros do comitê de investimentos e diretoria executiva do RPPS sejam certificados, sendo obrigatório para o dirigente máximo e que o conselho deliberativo tenha 1/3 de membros certificados, onde o mesmo e Sra. Ladrisa já tiraram a certificação de membro do comitê CP RPPS CGINV I- certificado do responsável pela gestão de recursos é membros do comitê de investimentos do RPPS, emitido pelo instituto TOTUM, a diretora financeira Sra. Orleni já tirou a certificação de Dirigente CP RPPS DIRIG I – certificação dos dirigentes do órgão ou entidade gestora do RPPS, emitido também pelo Instituto TOTUM. Ressaltou ainda que todos os colaboradores do IPREV estão se preparando para tirar a certificação necessária correspondente as suas funções. Depois de



ATA DO CONSELHO FISCAL E DE ADMINISTRAÇÃO – C.F.A

sanadas todas as dúvidas e nada mais havendo a tratar, eu Taiza Cristiele da Costa Gomes lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada por todos os presentes.

Taiza Cristiele da Costa Gomes

Leindaura Ferreira Maia

Leandra Talcão Rabelo

Leandro Fernando Silva

Guilherme Gomes Moura

Francisca Orlemi Silva